

EDITAL

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 (2ª CHAMADA)
PROCESSO ADM. Nº 0111-016/2017**

O MUNICÍPIO DE CORURIFE, Estado de Alagoas, através de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº. 561/2017 de 13 de fevereiro de 2017, torna público para o conhecimento das empresas e demais interessados, que fará realizar licitação sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM** às **09:00 (nove) horas do dia 06 de ABRIL de 2017**, em sessão pública na sala de reuniões da Comissão de Licitação na Secretaria Municipal de Transito, Transporte e Suprimentos, situada na Rua Euclides Baeta, S/Nº – Centro, Coruripe/Alagoas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Suprimentos, obedecendo rigorosamente aos termos, especificações, instruções e condições contidas neste instrumento e seus anexos.

O presente certame, e a contratação dele decorrente, obedecerão integralmente à Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, regulamentada no âmbito municipal pela Lei Geral Municipal 1.231, de 30 de abril de 2013, Decreto nº 8.538, de 6 de Outubro de 2015, demais normas sobre licitação em vigor, e condições estabelecidas neste Edital.

Este Edital e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas na Sede Administrativa do Município de Coruripe/AL, no horário das 08:00 às 12:00h, até o dia que antecede à data do certame, e através do site: www.coruripe.al.gov.br.

1. DO OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de **FORNECIMENTO PARCELADO DE REFEIÇÕES PREPARADAS (TIPO QUENTINHA)** para atender as necessidades das secretarias e demais unidades administrativas municipais, conforme quantidades e especificações aduzidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2. DOS VALORES E DOS RECURSOS FINANCEIROS:

2.1. O valor global estimado para a prestação dos serviços, objeto deste Pregão, perfaz a ordem de **R\$ 191.880,00 (cento e noventa e um mil oitocentos e oitenta reais)**.

2.2. As despesas decorrentes desta contratação serão cobertas e estão previstas e compromissadas pela seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ./ATIV.	NATUREZA DA DESPESA	FONTES DE RECURSOS
02	20	2.002	3.3.90.39.00	0010
05	05	6.001	3.3.90.39.00	0040
05	51	6.010 / 6.017 / 6.019 / 6.037	3.3.90.39.00	0040 / 0402 / 0403
06	06	2.007 / 2.037	3.3.90.39.00	0020 / 0200
06	61	2.024 / 2.026 / 2.027 / 2.041	3.3.90.39.00	0020 / 0030
10	10	6.013	3.3.90.30 / 3.3.90.39	0010
10	11	6.002 / 6.025 / 6.027 / 6.028 / 6.065 / 6.066 / 6.067 / 6.074	3.3.90.30 / 3.3.90.39	0010 / 2000
10	12	6.039 / 6.080	3.3.90.30 / 3.3.90.39	2000 / 2100
10	13	6.054	3.3.90.30 / 3.3.90.39	2000 / 2100
18	18	2.050	3.3.90.39.00	0010

2.3. Caso a futura contratação venha extrapolar o exercício orçamentário vigente, as despesas com esta contratação serão cobertas pelo Orçamento Geral do Município de competência do exercício orçamentário vigente na data da realização da despesa.

3. DA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar as empresas interessadas, pertinentes ao ramo de atividade relacionada ao objeto deste certame, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes do Edital e seus Anexos, desde que:

3.1.1. Desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Pregão;

3.1.2. Atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital.

3.2. Não serão admitidas nesta licitação as participações de licitantes:

3.2.1. Em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial, de insolvência, ou sob outra forma de concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.2.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

3.2.3. Que estejam com o direito de licitar e contratar com o Município de Coruripe/AL suspenso;

3.2.4. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer que seja sua forma de constituição;

3.2.5. Estrangeiras que não funcionem no País.

3.3. Para fins de aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, nesta licitação, as microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais nos termos dos artigos 18-A e 3º da Lei Complementar nº 123/2006 farão jus aos mesmos benefícios, independentemente da receita bruta anual.

3.3.1. Nesta licitação, adotar-se-á a reserva de cota de até 25% para a disputa exclusiva entre as empresas citadas no item 3.3. Os itens/lotes que terão essa condição de disputa estão assim identificados no Termo de Referência. Esta exigência se fundamenta no artigo 48, III da Lei Complementar 123/2006, e do artigo 19, inciso III da LGM nº 1.231/13.

3.3.2. Para se promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas, o incentivo à inovação tecnológica e o tratamento diferenciado e simplificado para as MPE, a Autoridade Competente poderá, justificadamente, dar prioridade de contratação às MPE que sejam sediadas local, e que possuam propostas até 10% (dez por cento) superiores em relação ao melhor preço válido.

3.3.3. Para fins da aplicação do artigo 48, § 3º da Lei Complementar 123/2006, entende-se como melhor preço válido, a proposta de menor valor que tenha sido oferecida por um licitante habilitado.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

- 4.1. A licitante deverá se apresentar para o credenciamento junto ao Pregoeiro através de 01 (um) representante/preposto, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.
- 4.2. Cada licitante credenciará apenas 01 (um) representante que será o único admitido a intervir nas fases dos procedimentos licitatórios e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.
- 4.3. Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos regularmente autenticados:
- I – cópia do documento oficial de identidade ou outro equivalente que contenha foto;
 - II – procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso de o representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da licitante, em decorrência de tal investidura.
- 4.4. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante.
- 4.5. A não apresentação ou a incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame licitatório, porém, impedirá o suposto representante de praticar atos no processo licitatório em nome da empresa. Neste caso, as declarações de que trata o subitem 5.1, incisos I e II do Edital deverão estar acompanhadas de documento(s) que comprove(m) a capacidade do subscritor em representar a licitante.
- 4.6. O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.
- 4.7. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante, bem como se o mesmo for sócio, proprietário, dirigente ou assemblado de outra empresa que esteja presente no certame.

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES:

- 5.1. No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro, que dirigirá a sessão, após abertura da mesma, receberá os documentos abaixo relacionados, de cada licitante, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registrados em ata os nomes das licitantes:
- I – declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos no inciso III deste subitem, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, exceto quanto à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, que somente será exigida por ocasião da assinatura do contrato e, se for o caso, declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo sugestão contida no Anexo II deste Edital;
 - II – declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos no inciso III deste subitem, assinada por quem de direito, de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante do Anexo VI do Edital, em cumprimento ao disposto na PORTARIA SDE Nº 51, de 03 de julho de 2009, da SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.
 - III – em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preços (Envelope “A”) e Documentos de Habilitação (Envelope “B”).
- 5.2. A não entrega das declarações exigidas nos incisos I e II do subitem 5.1 deste Edital implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preços e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.
- 5.3. Tão logo tenham sido recebidos os documentos exigidos na licitação, na forma do subitem 6.1 do Edital, o Pregoeiro comunicará aos presentes que a partir daquele momento não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.
- 5.4. Encerrada a fase de recepção dos documentos exigidos na licitação, o Pregoeiro concluirá, se ainda não o tiver feito, o exame dos documentos pertinentes aos credenciamentos dos representantes das licitantes, tal como previsto no item 6 supra, exame este iniciado antes da abertura da sessão.
- 5.5. Concluídas a fase de recepção dos documentos exigidos na licitação e de credenciamento dos representantes das licitantes, o Pregoeiro promoverá a abertura dos envelopes que contêm as propostas de preços, conferindo-as e rubricando-as em todas as suas folhas.
- 5.6. Após o início da abertura dos envelopes contendo as propostas de preços não caberá desistência do licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.

6. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 6.1. Os conjuntos de documentos relativos às propostas de preços e à habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, opacos, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos (“Propostas de Preços” e “Documentos de Habilitação”), na forma a seguir:

I - Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

RAZÃO SOCIAL / CNPJ DO PROPONENTE
ENVELOPE “A” – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 (2ª CHAMADA)
OBJETO: REFEIÇÕES - TIPO QUENTINHA

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

RAZÃO SOCIAL / CNPJ DO PROPONENTE
ENVELOPE “B” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 (2ª CHAMADA)
OBJETO: REFEIÇÕES - TIPO QUENTINHA

- 6.2. Todos os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados por processo de cópia autenticada e firma reconhecida, por Cartório competente, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial, assim também como todas as declarações fornecidas.
- 6.3. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em *fac simile*, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos ou gráficos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

7. DO ENVELOPE “A” – PROPOSTAS DE PREÇOS:

- 7.1.** O envelope “A” conterá as propostas de preços da licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:
- 7.2.** Constar 01 (uma) via, que deverão ser entregues encadernadas, impressa em papel timbrado da licitante, na ordem sequencial solicitada neste Edital, devidamente datadas, numeradas e rubricadas pelo proponente, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas;
- 7.3.** Recomenda-se que a licitante indique nome ou razão social da proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, estado civil, profissão, números do CPF e Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa, para fins de assinatura do contrato;
- 7.4.** Conter a Marca/Fabricante dos produtos ofertados;
- 7.5.** Conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- 7.6.** Ser apresentados preços, de acordo com o objeto deste Edital, unitários e totais correspondentes aos itens ofertados, sendo o valor total em algarismo e por extenso, obedecida a ordem dos itens dispostos no Anexo I, em moeda corrente nacional (R\$) com até 3 (três) casas decimais após a vírgula. Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último;
- 7.7.** Declaração expressa na proposta de que os preços apresentados incluem todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, produtos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;
- 7.8.** Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços, ou qualquer outra condição que induza ao julgamento subjetivo de mais de um resultado;
- 7.9.** Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas da proposta, ou incorretamente cotadas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esses ou a qualquer título, devendo o objeto do certame ser fornecido ao Município sem ônus adicionais;
- 7.10.** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- 7.11.** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.12.** Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 7.13.** A licitante que no ato da sessão impugnar ou aduzir erros ou impropriedades quanto ao produto pertinente às propostas apresentadas pelas demais licitantes, no que concerne a sua composição, distribuição, ou qualquer outro fato que repute relevante, deverá apresentar os elementos necessários para provar as suas alegações. A não comprovação, por parte da impugnante, dentro do prazo fixado pelo Pregoeiro, facultará a Administração à instauração de processo administrativo para apurar o retardamento do certame em face de alegações insubsistentes e impertinentes ao interesse do Município.
- 7.14.** A Proposta de Preços deverá ser assinada por quem tenha capacidade de representar a empresa, ativa e passivamente, nos atos judiciais e extrajudiciais, ou por seu procurador com poderes para tanto.
- 7.15.** Serão desclassificadas:
- As propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
 - Propostas com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto deste certame;
 - A proposta que não contemplan o preço dos itens pretendidos.

8. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- 8.1.** O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para fornecimento do objeto da presente licitação, bem como informará os respectivos preços propostos.
- 8.2.** Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.
- 8.3.** Serão classificadas e proclamadas pelo Pregoeiro as licitantes que apresentarem as propostas de menor preço por item e as demais cujas propostas estejam com preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, conforme disposto no inciso VIII, do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002.
- 8.4.** Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará e proclamará as melhores propostas subsequentes, até que haja no máximo 03 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso IX, do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002.
- 8.5.** Para as licitantes classificadas, conforme estabelecido no subitem 8.3 ou 8.4 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos e de valores decrescentes.
- 8.6.** O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e, as demais, em ordem decrescente de valor.
- 8.7.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.8.** Para efeito de classificação, será considerada proposta final aquela cuja licitante não credencie, na forma do item 4 deste edital, representante para o ato de abertura do pregão.
- 8.9.** Caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas exclusivamente pelo critério de menor preço por item.
- 8.10.** Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate ficto, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as MPE, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.
- 8.11.** Encerrada a etapa de lances, caso o melhor lance não tenha sido ofertado por uma MPE, será assegurado a essas empresas o direito de preferência à contratação, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.11.1.** O Pregoeiro consultará a MPE melhor classificada, dentre aquelas que estejam na situação de empate, ou seja, cujo valor do último lance seja igual ou superior em até 5% (cinco por cento) em relação ao valor apresentado pela proponente detentora do menor preço, para que manifeste a intenção de apresentar novo lance proposta com valor INFERIOR ao valor da melhor oferta apurada.
- 8.11.2.** A MPE poderá cobrir o lance até então considerado vencedor em até 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
- 8.11.3.** Apresentada nova proposta, nos termos do subitem anterior, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade desta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

- 8.12.** Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais, ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 8.13.** Para efeito do disposto no subitem 8.10, ocorrendo o empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:
- I – A MPE mais bem classificada será convocada para, conforme sua conveniência, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
 - II – Não ocorrendo a adjudicação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes, que porventura se enquadrem na hipótese do inciso anterior, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito;
 - III – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MPE, que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.12, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.14.** Na hipótese dos subitens 8.12. e 8.13, caso a Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte não ofereça lance, o objeto licitado será adjudicado em favor da licitante autora da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.15.** O disposto no subitem 8.13. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- 8.16.** O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.
- 8.17.** Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.
- 8.18.** A licitante que apresentar documentação de habilitação incompleta ou incorreta, certidões vencidas, ou que não comprovem a regularidade a que se destinam, será declarada inabilitada, com ressalvas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte quanto à regularidade fiscal na forma do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.19.** Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto da presente licitação.
- 8.20.** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências da habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
- 8.21.** O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.22.** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes presentes.
- 8.23.** Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
- 8.24.** Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.
- 8.25.** No caso da licitante ser uma Microempresa ou uma Empresa de Pequeno Porte, se esta apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da declaração da licitante vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, com vista à contratação.

9. DO ENVELOPE “B” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 9.1.** É condição básica para a fase de habilitação, que a licitante apresente, em um envelope, cópias autenticadas em cartório, dos documentos abaixo relacionados, com prazo vigente, em uma via, entregues encadernados, na ordem sequencial solicitada neste Edital, numeradas e rubricadas pelo proponente.
- 9.2.** A licitante deverá apresentar declaração de que não possui em seus quadros de pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99), de acordo com o modelo sugestão aduzido no Anexo III deste Instrumento.
- 9.3.** A licitante deve declarar, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato que possa impedir a sua habilitação neste certame, conforme modelo do Anexo IV.
- 9.4.** Os demais documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por meio de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, os quais se referem a:
- 9.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
 - b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e suas alterações, ou consolidação, devidamente registrados, se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores devidamente autenticados;
 - c) Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (conforme o caso).
- 9.4.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**
- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, através da apresentação de atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. O atestado deverá conter:
 - a.1) Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax);
 - a.2) Local e data de emissão;
 - a.3) Nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;
 - a.4) Período de fornecimento/prestação de serviço;
 - a.5) Deverá ser apresentado com firma devidamente reconhecida por quem atestou.
 - b) Alvará Sanitário ou Licença Sanitária expedida pela autoridade sanitária municipal ou estadual da licitante, dentro do prazo de validade.
- 9.4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**
- a) Comprovação, através da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante, de que a mesma dispõe de capital social integralizado igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado do presente certame, caso participe em todos os itens, ou, do valor estimado para o item pretendido;

- b) Certidão Negativa de pedido de Falência ou Concordata, ou Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, com data não superior a 60 (sessenta) dias corridos. Para esta certidão só será aceita outra validade se estiver expressa no próprio documento;
- c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, inclusive para as MPE.
 - c.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
 - c.2) As empresas deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

9.4.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante:
 - c.1) A Fazenda Federal, mediante certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à dívida ativa da União, por elas administrados ou Certidão Negativa Unificada.
 - c.2) As Fazendas Estadual e Municipal, ambas do domicílio ou sede do licitante.
- d) Certidão Negativa de Débito perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou Certidão Negativa Unificada;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, instituída pela Lei 12.440 de 7 de Julho de 2011.

9.5. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

- a) Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;
- b) Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada;
- c) Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação da licitante.
- d) Os documentos que não consignarem em seu teor o prazo de validade, somente serão aceitos quando datados de no máximo 60 (sessenta) dias da data de sua expedição.

10. DOS RECURSOS:

- 10.1.** Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 10.2.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora.
- 10.3.** Qualquer recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.
- 10.4.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5.** A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em Ata.
- 10.6.** Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas às interessadas na sala da Comissão Permanente de Licitação, no endereço aduzido no preâmbulo deste Edital, nos dias úteis, no horário de 8:00 às 12:00 horas. Não serão reconhecidos os recursos interpostos, enviados por fax ou após terem vencidos os respectivos prazos legais.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

- 11.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital o objeto deste Pregão será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço;
- 11.2.** Adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver recurso;
- 11.3.** A Homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela Pregoeira;
- 11.4.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 11.5.** Para se promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas, o incentivo à inovação tecnológica e o tratamento diferenciado e simplificado para as MPE, a Autoridade Competente poderá, justificadamente, dar prioridade de contratação às MPE que sejam sediadas local ou regionalmente (nessa ordem de prioridade), e que possuam propostas até 10% (dez por cento) superiores em relação ao melhor preço válido.
- 11.6.** Entende-se como empresa sediada no local, aquela que possua registro na cidade de Coruripe, Estado de Alagoas.
- 11.7.** Entende-se como empresa sediada regionalmente, aquela que possua registro em uma das cidades relacionadas no Anexo VIII deste Edital.
- 11.8.** Para fins de aplicação da prioridade de contratação prevista no artigo 48, §3º da Lei Complementar nº 123/2006 a MPE sediada local ou regionalmente (nessa ordem de prioridade) fará jus aos mesmos benefícios, sendo, portanto, denominada genericamente de MPE Regional.
- 11.9.** A condição de MPE Regional será verificada no momento do credenciamento, por meio da análise do endereço constante do Ato Constitutivo (Contrato Social ou documento equivalente) da empresa.
- 11.10.** Para fins da aplicação do artigo 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006, entende-se como melhor preço válido, a proposta de menor valor que tenha sido oferecida por um licitante habilitado.

12. DA CONTRATAÇÃO:

- 12.1.** Homologada a licitação pela autoridade competente, a Secretaria de Finanças emitirá a nota de empenho e depois firmará contrato específico com o licitante vencedor, visando à execução do objeto desta licitação nos termos da minuta que integra este Edital.

12.2. O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

12.3. Às microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06, que se sagrem vencedoras do certame e que contem com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.3.1. A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, assegurando-se às microempresas e empresas de pequeno porte em situação de empate o exercício do direito de preferência.

12.3.2. Na hipótese da não-contratação das microempresas e empresas de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

12.4. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.

12.5. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

12.6. A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

12.7. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.8. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

12.9. O futuro contrato não poderá ser objeto de sub-contratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Administração.

13. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

13.1. Os serviços de fornecimento de refeições deverão ser prestados em conformidade com as especificações constantes do Anexo I e após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Edital e demais documentos que o integram.

13.2. A entrega das refeições preparadas (quentinhas), objeto deste Pregão, deverá ser providenciada de acordo com a solicitação, no endereço indicado, em até 02 (duas) horas contadas da entrega de cada solicitação, e serão recebidas por servidor(a) indicado(a) pela Administração, mediante a apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) pertinente(s) aos produtos fornecidos.

14. DO PREÇO, DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS E DO REAJUSTE:

14.1. Os serviços de fornecimento de refeições, objeto deste certame, terão os preços praticados em conformidade com os apresentados na(s) proposta(s) da licitante vencedora.

14.2. Os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência direta ou indireta, do contrato a ser executado, serão de exclusiva responsabilidade da Licitante.

14.3. A licitante vencedora será responsável por todas e quaisquer obrigações e compromissos contraídos com quem quer que seja, não se vinculando ao Município, a qualquer título, nem mesmo solidariamente.

14.4. Os preços propostos não serão passíveis de reajuste, na forma da Lei Federal nº 10.192 de 14.02.2001, salvo nos casos previstos na alínea “d”, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

15. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento da fatura será efetuado no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, contados a partir do dia imediato à apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(ais) acompanhada(s) das requisições emitidas pelo setor competente do Município e devidamente atestadas por servidor responsável.

15.2. O pagamento fica condicionado à comprovação de que a licitante vencedora encontra-se em regular situação fiscal para com as fazendas estadual e federal;

15.3. Nenhum pagamento será feito sem que a licitante vencedora tenha recolhido o valor de multa eventualmente aplicada.

15.4. Havendo erro na fatura/nota fiscal/recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado, até que a contratada tome as medidas saneadoras necessárias.

15.5. O pagamento poderá ser efetuado mediante depósito bancário na conta corrente da contratada, indicada na proposta de preços, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

16.1.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro Municipal Fornecedores da Prefeitura Municipal de Coruripe, pelo prazo de até 05 (cinco) anos quando:

a) recusar-se, injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, exceto aqueles que quando convocados não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;

c) apresentar declaração ou qualquer outro documento falso, visando ao cadastramento, à atualização cadastral ou à participação no procedimento licitatório;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto;

e) não mantiver a proposta;

f) falhar ou fraudar na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo;

h) cometer fraude fiscal.

16.2. Ao CONTRATADO/FORNECEDOR que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

16.2.1. Advertência sempre que forem constatadas infrações leves.

16.2.2. Multa por atraso injustificado no fornecimento ou serviço, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;
- b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;
- c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

16.2.2.1. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da aquisição, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Secretaria Municipal de Finanças;

16.2.3. Suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar no prazo máximo de 02 (dois) anos nos que incorrerem nos ilícitos previstos abaixo:

- a) admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, durante a execução do contrato celebrado com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- b) incorrer em inexecução do contrato;
- c) Frustrar, injustificadamente, licitação instaurada pela Administração;
- d) cometer fraude fiscal;

16.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, aos que incorrerem nos ilícitos previstos abaixo:

- a) haver concorrido, comprovadamente, para a consumação de ilegalidade, obtendo vantagem indevida ou se beneficiando, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais;
- b) ensejar a sua contratação pela Administração, no prazo de vigência da suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade;
- c) fraudar, em prejuízo da Administração, os contratos celebrados;
 - c.1) elevando arbitrariamente os preços;
 - c.2) vendendo, como verdadeiro e perfeito, bem falsificado ou deteriorado;
 - c.3) entregando bem diverso do contratado;
 - c.4) alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - c.5) tornando, injustificadamente, mais oneroso o contrato;

16.3. A declaração de inidoneidade será aplicada, após processo administrativo regular, às empresas e aos profissionais que:

- 16.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.3.2. tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os princípios e objetivos da licitação;
- 16.3.3. demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados;
- 16.3.4. tenham sofrido condenação definitiva por atos de improbidade administrativa, na forma da lei.

16.4. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometido pelo licitante ou contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

16.5. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento ou prestação do serviço, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Secretaria Municipal de Finanças.

16.6. A declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Prefeito, ou de quem dele receber delegação, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

17. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO:

17.1. Esta licitação poderá ser revogada por interesse da Administração decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada por vício ou ilegalidade, sem que as licitantes tenham direito a qualquer indenização, à exceção do disposto no art. 59 da Lei Federal 8.666/93, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

18.1. Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão, através de petições protocoladas, encaminhadas ao Pregoeiro, na sala da Comissão Permanente de Licitação, no endereço expresso no preâmbulo deste Edital. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 24 (*vinte e quatro*) horas.

18.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

19.2. A apresentação de proposta implicará na plena aceitação por parte da licitante das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

19.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Administração.

19.4. O Prefeito poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, derivados de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

- 19.5. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 19.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública de pregão.
- 19.7. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.
- 19.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.9. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das Propostas de Preços e Documentos de Habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 19.10. **Todos os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados por processo de cópia autenticada e firma reconhecida, por Cartório competente, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial, assim também como todas as declarações fornecidas.**
- 19.11. Todas as folhas da “Documentação de Habilitação” e da “Proposta de Preços” deverão ser entregues encadernadas, na ordem sequencial solicitada neste Edital, numeradas e rubricadas pelo proponente.
- 19.12. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital, será competente o juízo da Comarca deste Município.
- 19.13. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.
- 19.14. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente certame licitatório deverão ser enviados por escrito ao Pregoeiro em até 02 (dois) dias anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço constante no preâmbulo deste edital.
- 19.15. Informações e esclarecimentos sobre o presente Edital poderão ser obtidos pessoalmente, na sede da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Suprimentos, ou pelo telefone (82) 3273-1173, ou, ainda, pelo e-mail: cpl.coruripe@gmail.com.
- 19.16. Cópias do edital e seus anexos serão fornecidas, gratuitamente, mediante recibo, nos horários de 8:00 às 12:00 horas, no endereço referido no preâmbulo.
- 19.17. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.
- 19.18. Fazem parte integrante deste Edital:
- a) ANEXO I – Termo de Referência;
 - b) ANEXO II – Modelo de Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação;
 - c) ANEXO III – Modelo de Declaração em Relação ao Trabalho de Menores;
 - d) ANEXO IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
 - e) ANEXO V – Minuta do Contrato;
 - f) ANEXO VI – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
 - g) ANEXO VII – Relação de Cidades Consideradas Regionais.

CORURIFE/AL, 23 de Março de 2017.

CARLA BELTRÃO SIQUERA WANDERLEY
-Pregoeira do Município-

TERMO DE REFERENCIA – ANEXO I

1. OBJETO:

1.1- Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de fornecimento parcelado de refeições preparadas, do tipo quentinha, visando o atendimento das demandas oriundas das secretarias e unidades administrativas do município de Coruripe, conforme especificações e quantidades detalhadas neste Termo de Referência.

1.2- O procedimento licitatório deverá observar as normas e procedimentos contidos na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1- Justifica – se a realização deste certame, a necessidade de fornecimento de alimentação adequada diretamente no local de trabalho, aos servidores das secretarias e demais unidades administrativas do município em horários excepcionais, que eventualmente não podem deslocar-se para suas residências durante o horário de almoço a serviço desta Administração Pública Municipal.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

3.1- As especificações mínimas, as unidades de medidas dos itens e a quantidade a ser adquirida estão descritas na tabela abaixo:

LOTE 01 – COTA PRINCIPAL

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QUANT	ESTIMADO UNITÁRIO
1	FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO PRONTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DO TIPO MARMITEX, PESO MINIMO DE 500g, COM OPÇÃO DE SUCO OU REFRIGERANTE, CONFORME CARDÁPIO DIÁRIO.	UNID.	9.000	R\$ 15,99

LOTE 02 – COTA RESERVADA (ME/EPP/MEI)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QUANT	ESTIMADO UNITÁRIO
1	FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO PRONTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DO TIPO MARMITEX, PESO MINIMO DE 500g, COM OPÇÃO DE SUCO OU REFRIGERANTE, CONFORME CARDÁPIO DIÁRIO.	UNID.	3.000	R\$ 15,99

Nota 1: As Cotas distribuídas, conforme artigo 48 da Lei Complementar nº 147/2014:

Cota Principal – Lote/itens abertos para a participação de todos os interessados, inclusive os que se enquadrem na condição de “Microempresa – ME” ou “Empresa de Pequeno Porte – EPP” ou “Microempreendedor Individual - MEI” e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.

Cota Reservada – Lote/itens constituídos por até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do respectivo objeto, estão abertos para a participação exclusiva de “Microempresa – ME” ou “Empresa de Pequeno Porte – EPP” ou “Microempreendedor Individual - MEI”, sem prejuízo de sua participação nos lotes da cota principal, e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, conforme determina o artigo 48 da Lei Complementar nº 147/2014.

Nota 2: Na hipótese de uma Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP sagrar-se vencedora da Cota Principal e da Cota Reservada para o mesmo item, será registrado para ambas as cotas apenas o preço menor, ou seja, é expressamente vedado que o fornecedor pratique preços distintos para o mesmo item.

Nota 3: Caso não haja licitantes interessados no lote reservado para ME,EPP e MEI , o licitante vencedor da cota principal fica obrigado a fornecer/executar os itens referentes a cota reservada pelo mesmo valor oferecido na cota principal.

4. COMPOSIÇÃO DAS REFEIÇÕES:

4.1. A composição das refeições diárias deverá ser variada, contendo o mínimo de 500g (quinhentas gramas), composta de:

4.1.1. SEGUNDA FEIRA: Arroz refogado e feijão tropeiro. Porções de contrafilé e frango assado que deverão ser servidas em tamanhos normais equivalentes a uma porção de aproximadamente 125g. Salada composta de alface, tomate, cebola e pepino (Salada Crua). Suco de Cajú em garrafa de 200ml.

4.1.2. TERÇA FEIRA: Arroz branco e feijão com charque. Porções de bife de sol e frango cozido que deverão ser servidas em tamanhos normais equivalentes a uma porção de aproximadamente 125g. Salada composta de batata inglesa, cenoura, chuchu e abobora. Refrigerante de 350ml.

4.1.3. QUARTA FEIRA: Arroz refogado, feijão tropeiro e macarrão ao molho de tomate. Porções de lombo ao forno e frango empanado que deverão ser servidas em tamanhos normais equivalentes a uma porção de aproximadamente 125g. Salada composta de cenoura ralada, beterraba ralada, repolho em tiras, tomate em cubos, milho verde e ervilha (Salada Colorida). Suco de Acerola em garrafa de 200ml.

4.1.4. QUINTA FEIRA: Arroz branco. Porções de peixe cozido ao leite de coco com pirão que deverão ser servidas em tamanhos normais equivalentes a uma porção de aproximadamente 125g. Salada composta de alface, tomate, cebola e repolho em tiras (Salada Crua). Refrigerante de 350ml.

4.1.5. SEXTA FEIRA: Arroz branco, feijoada e farofa. Salada composta de tomate, cebola, coentro e pimenta de cheiro (Vinagrete). Refrigerante de 350ml.

4.2. A salada deverá ser servida a parte, em recipiente único e descartável.

4.3. As refeições devem ser servidas utilizando as embalagens em alumínio descartáveis, formato retangular com aproximadamente 21cm (vinte e um centímetro) de profundidade e com tampa, acompanhada de garfo e faca descartáveis.

5. PREPARAÇÃO DOS ALIMENTOS:

5.1. As refeições serão preparadas com gêneros de primeira qualidade, dentro das exigências de higiene e segurança alimentar determinados pela vigilância sanitária, por profissionais, utilizando técnicas culinárias.

5.2. A preparação dos alimentos deverá ser realizada nas dependências da empresa, com todos os utensílios para tal fim, de sua propriedade, observado o valor calórico necessário para pessoas adultas.

6. FORNECIMENTO:

6.1. A licitante vencedora deverá entregar as refeições no prazo de 02 (duas) horas, a contar do pedido realizado, feito através de documento físico.

6.2. As refeições serão entregues diretamente na sede de cada secretaria, mediante requisição emitida por servidor pertencente a esta Administração Pública Municipal, contendo as especificações e as respectivas quantidades fornecidas.

6.3. Não serão admitidos para efeito de recebimento itens que estejam em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações prescritas neste Termo de Referência.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos.

7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 17 e 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.4. Substituir, reparar ou corrigir, as suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.5. Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.2.1. Receber os bens no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas e quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.2.5. Efetuar o pagamento devido a Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DO VALOR ESTIMADO

8.1- O custo estimado total é de **R\$ 191.880,00 (cento e noventa e um mil oitocentos e oitenta reais)**. Conforme relatório de cotação em anexo.

9. MEDIDAS ACAUTELADORAS:

9.1- Visando prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação, em caso de risco iminente, a Administração adotará como medida acauteladora, a retenção do pagamento até que cesse o risco iminente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. Em caso de transgressão das regras contidas no edital, a contratada estará sujeita às sanções administrativas contidas na Lei Federal nº 8.666/93.

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Em:

De acordo e aprovo:

MARCOS ANTÔNIO LINS DOS SANTOS
Secretaria de Transito, Transporte e Suprimentos



ANEXO II

(Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO EDITAL

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE-AL
Pregão Presencial nº 03/2017 (2ª CHAMADA)

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, ciente das penalidades cabíveis.

Por ser verdade assina a presente

(Local/Data), de de 2017.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº do Documento de Identidade



ANEXO III

(Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante)

DECLARAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO DE MENORES

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE-AL
Pregão Presencial nº 03/2017 (2ª CHAMADA)

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de Outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente

(Local/Data), de de 2017.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº do Documento de Identidade



ANEXO IV

(Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE-AL
Pregão Presencial nº 03/2017 (2ª CHAMADA)

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistem qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente

(Local/Data), de de 2017.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº do Documento de Identidade

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 (2ª CHAMADA)
ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

“Instrumento contratual de prestação de serviços que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE, ESTADO DE ALAGOAS, como contratante, e de outro lado como contratada,, na forma abaixo”.

CLAUSULA I – DAS PARTES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 1.1 Como CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE, Estado de Alagoas, Pessoa Jurídica de direito público interno, devidamente cadastrada no CNPJ / MF sob o nº 12.264.430/0001-47, com Sede Administrativa a Praça Dr. Castro Azevedo, nº 47, Centro, Coruripe/AL, representado nesse ato pelo Prefeito do Município, Senhor **Joaquim Beltrão Siqueira**, brasileiro, alagoano, casado, inscrito no CPF sob nº 163.491.483-04, residente e domiciliado nesta Cidade, doravante denominada de CONTRATANTE.
- 1.2 Como CONTRATADA:, inscrita(o) no CNPJ (MF) sob o nº, com endereço na Rua:, na cidade de - Estado de; neste ato representada pelo, portador da RG nº –, e CPF (MF) nº, residente e domiciliado na cidade de, doravante denominado CONTRATADO.
- 1.3 A contratação dos serviços descritos na Clausula Segunda deste instrumento é realizada por intermédio do Pregão Presencial nº 03/2017 (2ª CHAMADA), com fulcro na Lei Federal nº. 10.520/2002 e subsidiariamente na Lei Federal nº. 8.666/93.

CLAUSULA II – DO OBJETO

- 2.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento parcelado de refeições preparadas (tipo quentinha) para atender as necessidades das secretarias e demais unidades administrativas municipais.

CLÁUSULA III – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

- 3.1 A CONTRATANTE pagará pela execução dos serviços durante a vigência deste contrato, conforme descrito na cláusula segunda, o valor total de R\$ (.....). Os pagamentos serão feitos à CONTRATADA mediante medições a serem feitas pela Prefeitura Municipal, através de profissionais por ela indicados.
- 3.2 O reajuste do contrato ocorrerá sempre que houver necessidade de se manter o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes, desde que previamente justificado e mediante índices oficiais do governo.

CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA E ACRÉSCIMOS DO CONTRATO

- 4.1 Pelo exaurimento do objeto contratual ou pelo prazo de/...../....., atendendo as disposições gerais para a matéria e os termos do presente Edital, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 4.2 Poderá haver redução ou acréscimo no instrumento contratual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, lavrando-se o competente TERMO ADITIVO, de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA V – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ./ATIV.	NATUREZA DA DESPESA	FONTES DE RECURSOS
02	20	2.002	3.3.90.39.00	0010
05	05	6.001	3.3.90.39.00	0040
05	51	6.010 / 6.017 / 6.019 / 6.037	3.3.90.39.00	0040 / 0402 / 0403
06	06	2.007 / 2.037	3.3.90.39.00	0020 / 0200
06	61	2.024 / 2.026 / 2.027 / 2.041	3.3.90.39.00	0020 / 0030
10	10	6.013	3.3.90.30 / 3.3.90.39	0010
10	11	6.002 / 6.025 / 6.027 / 6.028 / 6.065 / 6.066 / 6.067 / 6.074	3.3.90.30 / 3.3.90.39	0010 / 2000
10	12	6.039 / 6.080	3.3.90.30 / 3.3.90.39	2000 / 2100
10	13	6.054	3.3.90.30 / 3.3.90.39	2000 / 2100
18	18	2.050	3.3.90.39.00	0010

CLAUSULA VI – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

- 6.1 DO CONTRATANTE:
- 6.1.1 Informar a contratada sobre o local a serem fornecidas as quentinhas e serviços a serem prestados;
- 6.1.2 Efetuar o pagamento em conformidades com o estabelecido no Termo de Referência e no contrato a ser firmado com a contratada;
- 6.1.3 Fiscalizar e controlar a execução dos serviços;
- 6.1.4 Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços.
- 6.2 DA CONTRATADA:
- 6.2.1 Executar os serviços somente mediante prévia autorização da contratante designada para acompanhar o desenvolvimento de todas as atividades;
- 6.2.2 Atender prontamente às solicitações apresentadas pela contratante, responsabilizando-se pelo atendimento à mesma;
- 6.2.3 Se responsabilizar pela contratação de todos os gastos com transporte, alimentação e hospedagem de seus funcionários e de outros que por ventura vir a contratar.

CLÁUSULA VII – DA RESCISÃO

- 7.1 O presente contrato poderá ser rescindido por acordo mútuo entre as partes, unilateralmente pela administração e por interesse público, por infringência pelo contratado de qualquer cláusula deste contrato ou por qualquer dos motivos previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIII – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

8.1 Este contrato poderá ter seu termo final de vigência prorrogado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 57 e § 1º, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA IX – DA MULTA CONTRATUAL

9.1 Fica estipulada uma multa de 2% (dois por cento) do total deste contrato, para qualquer das partes que o descumprir, no todo ou em parte, além das perdas e danos que causar a outra;

CLÁUSULA X – DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 A CONTRATADA não poderá transferir este instrumento, nem tampouco, caucionar os direitos ou garantias deste, no todo ou em parte, salvo com consentimento por escrito do MUNICÍPIO DE CORURIFE-AL.

10.2 Serão partes integrantes do Contrato, independente de transcrição a proposta vencedora, bem como todo o processo licitatório objeto desse contrato.

10.3 Aplica-se a este contrato toda a legislação pertinente, especialmente a Lei Federal nº. 8.666/93 em sua redação atualizada.

CLÁUSULA XI – DO FORO

É competente o Foro da comarca de CORURIFE, Estado de Alagoas, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, excluindo qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 03 (Três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinado.

CORURIFE/AL, XX de XXXXXXX de 2017.

Município de Coruripe
Joaquim Beltrão Siqueira - Prefeito
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF:

2 - _____
CPF:



ANEXO VI

(Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante)

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE-AL
Pregão Presencial nº 03/2017 (2ª CHAMADA)

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, em especial o artigo nº 299 do Código Penal Brasileiro, especificamente para participação na licitação, Pregão Presencial nº 03/2017 (2ª CHAMADA) que:

- a) A proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada foi elaborada de maneira independente por esta licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação acima mencionada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de Coruripe antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local/Data), de de 2017.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº do Documento de Identidade

- *OBS.: Esta Declaração deverá ser entregue fora dos envelopes de "Proposta de Preços" e de "Documentos de Habilitação."*

ANEXO VII

(Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante)

**RELAÇÃO DE CIDADES CONSIDERADAS REGIONAIS, PARA FINS DOS BENEFÍCIOS
DO ITEM 11 DESTE EDITAL**

Para fins dos benefícios previstos no item 11 deste Pregão Presencial, são consideradas MPE Regionais aquelas que comprovarem ser sediadas em uma das cidades abaixo relacionadas:

- Feliz Deserto/AL
- Piaçabuçu/AL
- Penedo/AL
- Jequiá da Praia/AL



PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 (2ª CHAMADA)
FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DO TIPO QUENTINHA

Razão Social: _____

CNPJ nº. _____ Insc. Est.: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Fone: _____ Fax: _____

E-mail: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE/AL, nesta data, cópia do Edital da licitação acima identificada.

Senhor (a) Licitante,

Objetivando comunicação futura entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE/AL e essa empresa, solicitamos a Vossa Senhoria o preenchimento e remessa deste recibo de entrega do Edital supra, à Comissão Permanente de Licitação, por meio do e-mail: cpl.coruripe@gmail.com.

O não encaminhamento do recibo exime o Pregoeiro e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Data: _____, de _____ de _____.

Ass. Representante da Empresa